

A RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO E TURISMO NO ESPAÇO RURAL EM PORTUGAL

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz/ USP/ESALQ, Piracicaba, SP.

odaleiaq@terra.com.br; otmmquei@usp.br

Agência financiadora: FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de S.Paulo).

Temática: Turismo e patrimônio.

Resumo

O objetivo da pesquisa foi analisar a recuperação dos patrimônios arquitetônico e histórico no espaço rural usados, atualmente, para atividade de turismo em Portugal. Este patrimônio socioambiental tem sido aproveitado nos solares portugueses pelo Turismo de Habitação. Observou-se como o fenômeno turístico estabeleceu-se nas casas apalaçadas portuguesas auxiliando em sua conservação como patrimônios arquitetônico e histórico. A pesquisa foi exploratória, qualitativa e descritiva, iniciando com revisão bibliográfica e, posteriormente, realizando-se entrevistas semi estruturadas com os proprietários dos chamados Solares Portugueses, incluindo também visitas técnicas com o propósito de investigar a qualidade da infraestrutura local e hospitalidade no espaço rural. Os Solares passaram por um longo processo de revitalização com auxílio governamental e hoje oferecem hospedagem para visitantes em busca de uma experiência inédita em antigas moradias da aristocracia portuguesa. O turismo é uma prática socioespacial complexa e para melhor compreendê-la apoiou-se na Teoria do Espaço de Milton Santos (1996), que oferece subsídios para explicar o processo de construção do espaço turístico. Houve também uma preocupação em analisar a realidade dos Solares Portugueses a luz do conceito de desenvolvimento sustentável. A sua revitalização por meio do turismo criou novas possibilidades socioeconômicas para as populações envolvidas, trazendo benefícios. Os Solares têm relevante identidade territorial, a sua valorização como patrimônio é uma estratégia de desenvolvimento local. O território analisado teve uma trajetória com momentos históricos bem diferentes, destacando-se que os Solares Portugueses, notadamente, aqueles da região Trás-Os-Montes, norte do país, foram edificadas em pequenas propriedades, muitas delas, especializadas em produção de uva e fabricação de vinhos. Os Solares tiveram períodos de decadência e, recentemente, estão em recuperação, modificando-se para comporem um território turístico. O turismo tem sido adotado como uma estratégia de desenvolvimento. Neste contexto, observou-se conflitos, contradições e irregularidades no encaminhamento da atividade. A sazonalidade do turismo penaliza os gestores dos Solares Portugueses que só abrem as portas nos meses de primavera e verão, permanecendo fechados para o público o restante do ano. A taxa média de ocupação é de 35% a 45%, mal cobrindo as despesas de manutenção. Entretanto, estes Solares são valorizados como espaços turísticos em função de seus patrimônios histórico e cultural, contribuindo para reforçar a lógica atual de uma nova realidade rural que volta-se também para atividades não agrícolas ligadas ao lazer e ao ócio. Enfim, o turismo imprime uma outra função à materialidade existente usando o mesmo sistema de objetos – Os Solares e seu patrimônio – que por meio dos sistemas de ações configuram mudanças de usos nessa totalidade. O artigo é resultado de pesquisa de Pós Doutorado realizada entre junho e dezembro de 2012 em Portugal com supervisão da Universidade Nova de Lisboa e financiamento da FAPESP.

Introdução

No mundo contemporâneo, o turismo no espaço rural busca o aproveitamento do patrimônio socioambiental e histórico. Esta pesquisa estudou os solares portugueses em abordagens exploratória, qualitativa e descritiva, começando com levantamento de dados bibliográficos e, posteriormente, fazendo investigação de campo para obter dados primários. Conjecturou-se que: A revitalização dos Solares Portugueses como patrimônios culturais com incremento de turismo indicou novas possibilidades socioeconômicas para as populações locais, apresentando melhorias aos envolvidos; Os Solares Portugueses têm importante identidade territorial e o processo de sua valorização como patrimônio é uma estratégia de desenvolvimento local.

Os Solares Portugueses foram construídos em pequenas propriedades voltadas para a produção de uva e vinhos. Entraram em decadência no passado, porém, na atualidade, encontram-se em movimento de rejuvenescimento, tendo a atividade turística como opção econômica de revitalização.

Apesar de já existirem inúmeros estudos sobre o TER (Turismo no Espaço Rural), voltados à atividade como alternativa de desenvolvimento rural, sobre turismo incrementado nos solares portugueses observando a infraestrutura e prestação de serviços, muito ainda pode ser investigado, motivo para voltar-se sobre o tema.

2 Exposições teóricas básicas

A realidade dos Solares Portugueses foi elucidada a luz do conceito de desenvolvimento sustentável compreendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMAD, 1988, p.48).

O conceito de desenvolvimento sustentável é imprescindível nos estudos sobre o TER (turismo no espaço rural) e TH (turismo de habitação), porque em muitos atrativos turísticos, existe uma despreocupação com a preservação e conservação dos recursos naturais locais, ocorrendo, continuamente, muitos desgastes ambientais.

Dessa forma, é interessante que um modelo de desenvolvimento sustentável seja abraçado o que requer transformações na percepção da sociedade, objetivando legitimar a dimensão ambiental no dia a dia da população.

Sachs (1994) ressalta que a solução para o problema da pobreza e da destruição ambiental exige um longo período de transição de mais crescimento econômico, principalmente nos países dos hemisférios sul e leste. É dentro desse contexto de

reformulação geral e de reorganização da economia em tempos de globalização, que o turismo vem sendo indicado como uma nova maneira de desenvolvimento rural.

É relevante explicar que nesta pesquisa a Teoria do Espaço de Milton Santos (1996) foi usada como base teórica considerando-se que dá elementos para elucidar o andamento da organização do espaço turístico.

Segundo Santos (1978), o espaço geográfico é definido por como a união indissociável, contraditória e solidária de sistemas de objetos e sistemas de ações e suas formas híbridas, apresentando-se como um conjunto de fluxos e fixos. Fluxos são resultados de ações que passam ou se instalam nos fixos, modificando o seu sentido e valor. Os elementos fixos de cada lugar admitem ações que o alteram, novos fluxos são desencadeados ou revigorados, havendo uma reorganização deste lugar. O espaço tem uma dimensão material da sociedade representada pelos prédios e vias de acesso, centros comerciais, paisagens etc e também tem uma dimensão imaterial relacionada aos anseios e intenções manifestadas por meio das ações antrópicas. Estas se apropriam da materialidade transformando, organizando e reorganizando os lugares, criando as territorialidades.

De acordo com Moraes (2002), nos dias de hoje, a valorização do espaço pode ocorrer de diferentes formas, em alguns casos suplantando o financeiro, abordando assuntos culturais e políticas. Este continuum de valorização e produção espaciais pode ser exemplificado por meio do desenvolvimento do TER, onde os visitantes podem encontrar moradores antigos do campo e outras pessoas que se mudaram para lá recentemente, procurando outras oportunidades de trabalho e de qualidade de vida.

O espaço produzido pelo turismo obedece uma certa lógica e tem muitos desdobramentos sociais e ambientais, abarcando os atores produtores e consumidores do mesmo e também o poder público, a iniciativa privada, os polos receptores e os visitantes. Além disso, o turismo se apropria, por exemplo, dos sítios arqueológicos, cidades históricas, monumentos, estruturas básicas e também da natureza para que possa existir, transformando estes lugares em espaços turísticos e/ou em verdadeiros palcos de espetáculos (PAIVA e VARGAS, 2010).

Concorda-se com Castilho (2012, p.15) quando encara o “turismo como uma prática socioespacial que, em um movimento permanente, envolve um conjunto de agentes – pessoas, grupos sociais, firmas, instituições [...] – que usam os seus espaços de ação em vários momentos [...]”. O turismo promove, de acordo com “uma lógica

histórico-territorial inerente ao capitalismo” um ajuste espacial, geralmente, em contexto de desenvolvimento desigual (CASTILHO, 2012, p.17).

Dessa forma, pode-se afirmar que, em cada momento histórico, a sociedade valoriza uma determinada atividade econômica ou várias delas, conforme o contexto, as necessidades e as possibilidades. Atualmente, uma das atividades características da sociedade de consumo é o turismo que aparece como alternativa econômica para territórios deprimidos como aqueles dos Solares Portugueses no passado. “ [...] o turismo é percebido [...] pelos grupos sociais mais pobres dos [...] lugares em que [...] chega, como mecanismo mediante o qual eles poderão conseguir emprego [...] e [...] renda” (CASTILHO, 2012, p.19).

Para Castilho (1999), turismo é uma prática socioespacial que muda constantemente conforme os interesses existentes nos lugares com potencialidade turística, podendo revalorizar diversas formações socioeconômicas e territoriais.

Em sendo assim, como uma prática socioespacial, o turismo encontra no espaço que lhe serve de suporte, meio e condição à sua própria realização, um conjunto de objetos espaciais sem os quais ele não poderia acontecer. Dentre tais objetos [...] destacamos aqueles relativos à própria existência de atrações que se guiam por princípios que se baseiam nos aspectos da diferença, originalidade, apazibilidade e funcionalidade do lugar. Concomitantemente, tem-se a presença dos objetos diretamente utilizados pelos turistas quando chegam ao lugar do turismo [...] alojamentos, restaurantes [...] lugares de atrações histórico-culturais etc. Essas formas espaciais funcionam como sistemas de objetos [...] (CASTILHO, 2012, p.21).

No presente estudo, os Solares Portugueses configuram-se como sistemas de objetos que surgiram por meio de ações de uma sociedade lusitana colonialista dos séculos XVII e XVIII. Hoje, revitalizadas para receber turistas, transformaram-se em objetos com outras funções relacionadas à hospitalidade e lazer.

Reafirmando: o turismo é uma atividade econômica que vem interferindo nos territórios de diversas formas e escalas, obedecendo as iniciativas privada e pública. Knafou (1996) analisou a influência do turismo nos territórios, sobressaindo o papel do turista como protagonista, sugerindo-o como o sujeito do fenômeno. O autor diz que: a) há territórios sem turismo; b) há turismo sem território e c) há territórios turísticos. Estes são “territórios [...] produzidos pelos turistas [...]” (KNAFOU, 1996, p. 72-3) e para os turistas como os Solares Portugueses revigorados e abertos ao público.

Atualmente, existe uma tendência direcionada para a revalorização dos costumes e tradições de pequenas localidades, contrapondo-se ao massificado,

padronizado. Estes costumes são ajustados pelo turismo compondo, junto com a paisagem, tornam-se atrativos a serem apreciados e consumidos. É no lugar turístico que a atividade acontece, acarretando modificações e adaptações, surgindo outros fixos como os atrativos turísticos e infraestrutura (meios de hospedagem, restauração, agentes receptivos e instalações para entretenimentos, e serviços de apoio como comunicações, transportes, segurança etc.). (FRATUCCI, 2000).

De acordo com Santos (1986, p.37-38), a paisagem é resultante de uma acumulação de tempos, sendo a sua forma alterada ou abolida cedendo lugar a um outro desenho que supra às novas necessidades da estrutura social.

O turismo é um fenômeno gerado por meio do alargamento do tempo livre pela redução do tempo de trabalho, da definição de férias remuneradas; do implemento dos transportes e da elevação dos salários, inventando-se uma nova maneira de viver.

O período histórico contemporâneo traz metamorfoses na apropriação dos recursos, sendo imperativo um maior conhecimento a respeito dos espaços, uma reinvenção do mundo e uma mudança nas formas de abordagem e de análise. Cresce, cada vez mais, o valor do turismo como agente reorganizador do espaço.

O capital caça lugares mais lucrativos voltados para o turismo, destacando-se, dessa forma, as diferenças geográficas regionais que ganham importância que recebe um novo papel, uma nova função e um novo valor (LACOSTE, 1977).

Santos (1996) explica que o espaço é formado por fixos que são os instrumentos de trabalho e as forças produtivas, incluindo os homens. O conjunto de fixos é representado por objetos naturais e sociais. Os fluxos que, segundo o mesmo autor também compõem o espaço, são o movimento, a circulação, a distribuição e o consumo. A cada tipo de fixo corresponde um fluxo. Nos espaços pelo turismo como os Solares Portugueses, os fixos são os equipamentos turísticos, isto é, os patrimônios cultural e natural e sua infraestrutura, o receptivo e os serviços de alimentação do lugar.

O avanço dos meios e vias de transportes têm originado um vasto incremento dos fluxos, dos movimentos de pessoas e mercadorias. Os fluxos turísticos igualmente aumentaram, também os que se dão em áreas rurais, aparecendo um movimento de população que, em seu tempo livre nos finais de semana, feriados e férias, desloca-se para núcleos de veranistas. Com o aparecimento do turismo de massa, alguns buscam um deslocamento do seu local habitual de residência para estar uma temporada na montanha ou praia, perto de rios e represas ou recreando-se em áreas rurais.

O turismo é uma atividade contraditória que costuma originar riquezas valorizando lugares, promovendo novas relações entre culturas, bem como, pode ser impactante, degradando a cultura e o ambiente onde acontece. Isto é, o turismo apresenta benefícios e desvantagens.

Nos Solares Portugueses ocorre uma reformulação, uma reorganização socioespacial do que havia sido estruturado antes, com implantação de infraestrutura concebida, agora, para o lazer e turismo. O turismo se configura como um complexo fenômeno com repercussões espaciais significativas (TOLEDO JR, 1996).

O turismo tem se modificado bastante nos últimos tempos, observando-se grande expansão do mercado muito segmentado, orientando-se para uma gestão adequada da atividade. Estruturação, promoção e comercialização apropriadas às características particulares de cada segmento e região turística são necessárias.

O turismo é reconhecido oficialmente pelas suas potencialidades como fator de desenvolvimento, em várias escalas, da local à nacional. São, com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, diretos, indiretos e induzidos. Atividade transversal, global, de fronteiras fluidas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios. Anima o mercado dos produtos e serviços locais, viabilizando microempresas de ramos diversos (da produção alimentar e artesanal à prestação de serviços de lazer). Não surpreende [...] que seja [...] integrado nos programas de desenvolvimento territorial, nomeadamente nos espaços rurais. Cabe-lhe então um papel também significativo na conservação e gestão da diversidade das paisagens – naturais, históricas e culturais, com suas aldeias e lugares – e do patrimônio edificado, com seus traços arquitetônicos próprios que são [...] motivos de atração turística [...].
[...] (CAVACO, 2001, p.26-27)

Turismo de habitação (TH) corresponde aos

estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que pelo seu valor arquitetônico, histórico ou artístico sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares [...] duas categorias de empreendimentos turísticos, os de Turismo de Habitação e os de Turismo no Espaço Rural (TER), que incluem casas de campo, turismo de aldeia, agroturismo e hotéis rurais (Decreto Lei no. 39/2008, Artigo 17/ DGT – Direcção Geral de Turismo).

Turismo Rural é desenvolvido em áreas rurais produtivas, com ou sem hospedagem na propriedade, onde o visitante pode participar das atividades agropecuárias locais. O conceito de Turismo Rural adotado pelo Ministério do Turismo baseia-se em aspectos relativos à atividade socioeconômica em si, ao território, aos recursos naturais e culturais.

Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2003, p.11).

3 TER Turismo em espaço rural

O TER tem sido responsável pela produção de rearranjos socioespaciais, que podem ser locais, evoluindo para uma base regional no mundo e também aqui no Brasil. Várias adaptações ocorrem onde o turismo é implantado, destacando-se que este coexiste com outros fatores que intervêm nos núcleos receptores, tendo interligações, e como principal característica o fato de ser, antes de mais nada, uma prática social voltada para o consumo do espaço.

A implementação do TER vem ocorrendo há décadas, inicialmente de maneira tímida, mas evoluindo com a implantação gradativa de equipamentos de infraestrutura, realização de mudanças voltadas para recepção de turistas. É importante frisar que o meio rural como um todo, guardadas as devidas proporções entre os diversos continentes, vem passando por profundas transformações e há muito deixou de ser considerado apenas como uma região de vocação agropecuária. Muitas atividades tipicamente urbanas passaram a desenvolver-se em espaços rurais, muitas vezes, complementando as atividades agrícolas (SILVA et al., 1997). As atividades não agrícolas têm sido formas alternativas de geração de renda, ao mesmo tempo em que promovem a fixação do homem no meio rural, destacando-se aquelas ligadas ao lazer e ao turismo. O desenvolvimento do turismo em espaços rurais pode tornar-se vetor de valorização do território, integrando-se a base biofísica e o desenvolvimento socioeconômico e para isso é necessária a construção de um novo projeto socioambiental, propondo-se a resolver o impasse da predação dos ecossistemas em geral, dentro de padrões sustentáveis.

O turismo em espaço rural em Portugal tem sido encarado como uma opção de retomada do desenvolvimento. De acordo com Silva (2007), a área rural deste país, atualmente, apresenta duas tendências marcantes, uma grande diminuição da população residente e, por outro lado, uma busca dos moradores das cidades pelos recursos ali existentes com finalidades recreativas. Assim, o chamado turismo de habitação surgiu para combater o êxodo rural e também, ao mesmo tempo, receber os visitantes urbanos.

O turismo de habitação oferece estadia em casa senhorial e contato com elites. O agroturismo relaciona-se ao cotidiano rural, lavoura e pecuária. Casas de campo e turismo de aldeia proporcionam hospedagem em casas típicas. O turismo de habitação foi criado em 1978 em Portugal, em expansão desde então. Tal oferta de meios de hospedagem não se distribui de maneira homogênea pelo território português,

concentrando-se na região norte do país. O governo central tem incentivado o setor, principalmente, regulamentando a atividade e dando incentivos financeiros, havendo também apoio de iniciativas comunitárias como o Programa LEADER. Este permitiu desenvolver o mundo rural respeitando as singularidades locais. As comunidades rurais colocaram em prática, a partir de 1991, as suas próprias estratégias de inserção numa perspectiva de futuro sem, mas não renunciaram ao seu património natural e cultural (SILVA, 2007)¹.

Os chamados “Solares de Portugal”, antigas casas apalaçadas, geralmente, localizam-se em quintas e herdades (mas podem estar também em cidades ou áreas perirurbanas) que ainda desenvolvem atividades agrícolas (SILVA, 2007).

De acordo com Calheiros (2012), o conceito de criação dos Solares de Portugal é único, tendo sido introduzido para promover uma hospedagem turística de qualidade em casas diferenciadas que guardam uma parte da história do país. O TH tem incentivado a manutenção de laços com a área rural, auxiliando muitas pessoas a permanecerem no campo, permitindo a recuperação dos imóveis, preservando seu valor histórico e a gastronomia tradicional, promovendo a pluriatividade da propriedade com outra alternativa de geração de renda.

Os Solares são exemplos da diversidade patrimonial do país, hospedando, principalmente, turistas estrangeiros. São divididos em três categorias de acordo com suas características (relativas às suas dimensões, paisagem do entorno, jardins, decoração e valor histórico): Casas Antigas, Quintas e Herdades e Casas Rústicas.

As Casas Antigas caracterizam-se pela sua arquitetura, muitas delas construídas entre os séculos XVII e XVIII. Nas Quintas e Herdades, a atividade agrícola é uma das atrações para o visitante que pode conhecer o cotidiano da vida rural. As Casas Rústicas têm pequenas dimensões e são mais simples, construídas conforme com os atributos locais.

A TURIHAB e a CENTER estão certificadas pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, com a ISO 9001/2008, e a rede Solares de Portugal com a ERS 3001 TH/TER.

A certificação segundo a ERS 3001-Turismo no Espaço Rural evidencia um serviço de qualidade a todos os clientes, operadores turísticos, agências de viagens e a outras partes interessadas. A prestação de um serviço no âmbito do Turismo no Espaço Rural compreende o cumprimento de um conjunto de requisitos de serviço associado as características deste tipo de oferta turística, podendo ser agrupados da seguinte forma:

Requisitos de Acolhimento;

Requisitos de Infraestruturas e Equipamentos;
Requisitos de Limpeza e Manutenção;
Requisitos de Ambiente Interno e Externo.

Esta especificação de requisitos de serviço define um modelo de qualificação para o Turismo no Espaço Rural, tendo por base a ISO 9001:2000, bem como outros referenciais normativos, adaptados ao TER, nas modalidades de cariz familiar - Turismo de Habitação, AgroTurismo, Turismo Rural e Casas de Campo. No âmbito deste referencial não estão incluídas modalidades como Hotéis Rurais, Turismo de Aldeia e Parques de Campismo Rurais. Entre os benefícios da implementação da ERS 3001 - TER por uma organização destacam-se: Uniformidade do serviço prestado; Adopção de um código de boas práticas; Existência de uma metodologia de tratamento de reclamações; Aumento do grau de confiança por parte dos clientes; Melhoria da imagem. (<http://www.solaresdeportugal.pt/PT/certificacao.php><Acesso31dez2011>).

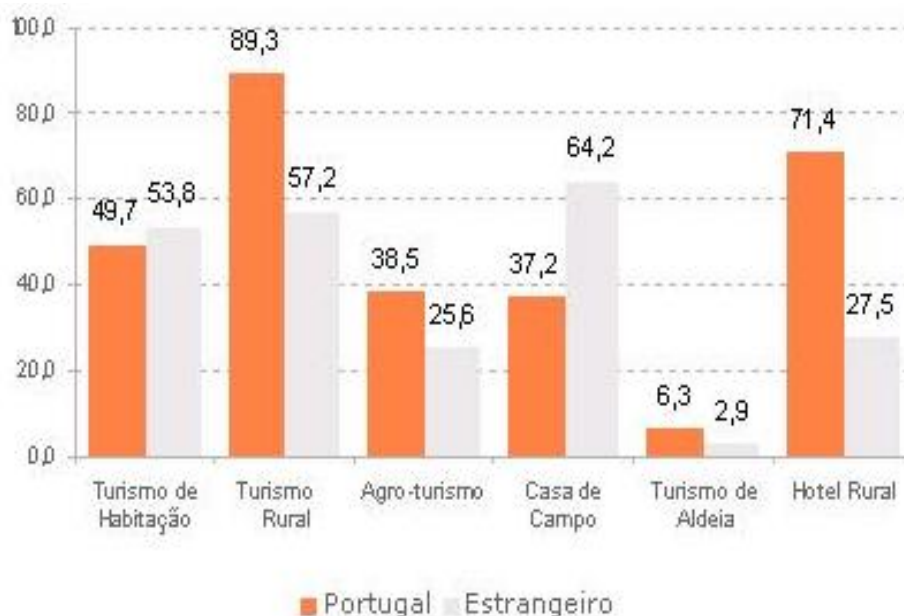
4 Resultados da pesquisa

De acordo com o Turismo de Portugal (2009), funcionavam, em 2008, no país, 1.047 unidades de turismo de habitação e turismo no espaço rural [...]. As modalidades de turismo rural e turismo de habitação concentraram 56,8% das camas existentes no país.

O mercado alemão liderou, com 25% do total, as dormidas de estrangeiros. As regiões do Norte, Alentejo e Centro concentraram 75% do total de dormidas estimadas para o país, e as modalidades de turismo rural, turismo de habitação, casa de campo e hotel rural abrangeram 86% do total de dormidas

[...]. Os residentes em Portugal que representaram 56% do total, [...] os estrangeiros 44% do total.

A taxa de ocupação-cama foi de 14,8% [...]. Ao nível regional, a Madeira (23,7%), Lisboa (22,0%) e o Algarve (21,1%) atingiram as taxas médias de ocupação mais altas.



DNTE: TP - Turismo de Portugal

Fig.1 Estimativa de dormidas por modalidades – milhares (2008)

“Estas casas distribuem-se de modo desigual” (SILVA, 2007, p.34) pelo território português, como pode ser observado nas figuras a seguir.

Fig. 2 Distribuição do Turismo de Habitação em Portugal em 2001

Regiões	%
Norte	43,8
Centro	21,8 (Lisboa:3; Alentejo:15,8; Algarve:3)
Região autónoma da Madeira	4,8
Região autónoma dos Açores	8
Outras	11,6

Fonte: TURISMO DE PORTUGAL (2001)

Org. QUEIROZ (2012)

Fig. 3 Distribuição do Turismo de Habitação em Portugal em 2011

Regiões	%
Norte	50,62
Centro	16,06 (Lisboa:4,95; Alentejo:9,46; Algarve:1,65)
Região autónoma da Madeira	4,11
Região autónoma dos Açores	5,34
Outras	23,87

Fonte: TURISMO DE PORTUGAL (2011)

Org. QUEIROZ (2012)

A região Norte de Portugal concentra a maior oferta de estabelecimentos de TH, em especial, na região do Minho-Lima. Nota-se também um aumento de quase 7% destes entre 2001 e 2011, aumento significativo. Tal fato indica que o TH vem se consolidando como segmento turístico, ocasionado rearranjos socioespaciais, marcando o território.

As ações dos atores sociais envolvidos com o turismo na região do Minho promovem mudanças nos objetos existentes no local, ou seja, no conjunto de construções, aproveitando o patrimônio arquitetônico e histórico das casas apalaçadas que continuamente são revitalizadas para receber visitantes em ambiente de TH. Assim, nota-se uma renovação de uso dos Solares de Portugal, evidenciando que no presente período histórico atualizou-se a função dos mesmos, unindo cultura e turismo.

A distribuição dos Solares é bastante irregular pelo território lusitano. A rede espalha-se por todo país, concentrando-se mais nos arredores de Ponte Lima, na região norte de Portugal, onde fica a sede da TURIHAB, Associação do Turismo de Habitação. Esta foi fundada em 1983, sem fins lucrativos, e tem abrangência nacional. Tal associação criou a marca Solares de Portugal em 1993, dez anos após seu início. Em 2009 criou também a marca Casas no Campo ou Agroturismo, para constituir uma rede de Turismo no Espaço Rural. Este segmento turístico incrementa atividades para

aqueles que querem fugir dos centros urbanos e buscam vivências no cotidiano rural (TURISMO DE PORTUGAL, 2009).

A TURIHAB (Associação de turismo de habitação de Portugal), certificada pela ISO 9001 que garante a qualidade e genuinidade, procura salvaguardar a autenticidade da oferta do TH - Turismo de Habitação e do TER - Turismo no Espaço Rural em Portugal, integrando a rede do Mercosul Fazendas do Brasil e as redes europeias da Europa das Tradições – Europe Traditionae Consortium, todas com sede em Ponte de Lima. O suporte de comercialização é dado pela CENTER (Central Nacional do Turismo no Espaço Rural).

A presente pesquisa fez um recorte neste amplo universo dos Solares Portugueses (TH e TER) catalogados pela TURIHAB, aprofundando os estudos na categoria definida como Casas Antigas. Há 45 Casas Antigas associadas à TURIHAB, destas foram contactadas 11 (entre agosto e novembro de 2012), isto é, cerca de 20% do total, configurando-se assim a amostra de investigação.

Por meio da visitação às Casas Antigas citadas, informações gerais sobre estes Solares foram obtidas, observando-se características comuns entre elas: estilo barroco com a presença marcante de pedras e escadarias, jardins bem cuidados e áreas de lazer com piscinas e quadras esportivas.

Estes alojamentos de TH simbolizam parte da história de Portugal, guardam em seus diferentes aspectos arquitetônicos eruditos a memória de uma sociedade dos séculos passados, incluindo obras de arte que mostram as tradições locais. A implementação do TH é uma inovação contemporânea, ou seja, as Casas Antigas passaram a ter outra função, isto é, a de acolher visitantes que buscam hospitalidade e tranquilidade. Muitas das chamadas casas apalaçadas que estão classificadas como Casas Antigas foram construídas entre os séculos XVI, XVII e XVIII, observando-se uma certa concentração de tais edificações nos dois últimos, coincidentemente em pleno ciclo do ouro brasileiro.

Salienta-se este importante período da mineração no Brasil (apogeu entre 1750 e 1770), pois, justamente, nesta época, Portugal estava passando por severas dificuldades econômicas e essa riqueza da Colônia configurou-se como a grande alternativa de trabalho e nova fonte de renda. Havia cobrança de taxas e impostos e assim, aquele que extraísse o ouro no Brasil deveria pagar à Coroa Portuguesa por isso. Muitos portugueses migraram para o Brasil em busca de enriquecimento nesse período e tiveram êxito (FONSECA e PRADO FILHO, 2006).

A figura 3 enumera as onze Casas Antigas contactadas (amostra da pesquisa, sendo 5 delas localizadas na região do Minho; 4 no Douro e 2 outras em Lisboa e vale do Tejo). Salienta-se que 6 delas foram visitadas. As outras 5 Casas foram contactadas (vias telefônica e eletrônica), mas não visitadas por razões diversas.












Solar/ Casa Antiga	Concelho/Região	Visitada / contactada
1 Paço de Calheiros	Ponte de Lima/ Minho	
2 Casa dos Pombais	Guimarães (centro)/ Minho	
3 Casa de S. Antonio de Britiande	Lamego/ Douro	
4 Casa das Torres de Oliveira	Vila de Mesão Frio/ Douro	
5 Casa dos Varais	Lamego/ Douro	
6 Casa de Vilarinho de São Romão	Sabrosa/ Douro	
7 Casa do Ribeiro	Guimarães/ freguesia de S. Cristovão do Selho/ Minho	
8 Paço de São Cipriano	Guimarães/ Minho	
9 Casa de Sezim	Guimarães/ Minho	
10 Quinta Vale dos Mourelos	Almada/ Lisboa e vale do Tejo	
11 Quinta da Praia das Fontes	Alcochete /Lisboa e vale do Tejo	

Fig.4 Casas Antigas de Portugal contactadas e visitadas (2012)
Elaboração de QUEIROZ (2012)

5 Considerações Finais

O objetivo inicial desta pesquisa foi desenvolver uma investigação sobre o aproveitamento turístico dos patrimônios cultural e natural e seus impactos socioeconômicos e ambientais em espaço rural. Em síntese pode-se dizer que quase todas as famílias envolvidas com TH nos Solares Portugueses receberam as propriedades como herança. Tais propriedades herdadas de antepassados que tiveram papel importante no desenvolvimento do meio rural do país, principalmente, ligados à produção de vinho na região norte, Minho e Douro. Certamente este fato contribuiu para o bom encaminhamento das restaurações dos Solares por meio da ajuda financeira do governo português e UE. Os atuais proprietários dos Solares possuem tradição em relação ao cultivo da terra e foram, gradativamente, adquirindo experiência prática em TH, sem formação específica. É importante mencionar que foi detectado que as mulheres têm assumido responsabilidade da direção dos estabelecimentos. Dos seis Solares visitados, quatro têm a gestão feita por mulheres.

A taxa de ocupação em TH, de acordo com os entrevistados, é baixa, concentrada mais nos meses de primavera e verão. Durante os meses de outono e inverno as Casas Antigas fecham suas portas, pois não há procura por causa das baixas temperaturas. Somente abrem em casos especiais e para grupos.

De maneira geral, a oferta de leitos em TH, por estabelecimento, é pequena, não ultrapassando doze UHs, algumas Casas oferecem apenas duas. Entretanto, oferecem serviços diferenciados para os turistas estrangeiros que são os principais hóspedes dos Solares Portugueses; o português nato frequenta pouco o TH, provavelmente, por razões relacionadas ao alto custo e pouca valorização deste segmento.

O aproveitamento do patrimônio arquitetônico e cultural das Casas Antigas pelo TER e pelo TH em Portugal foi excelente em todos os estabelecimentos visitados. Houve também concordância, entre os entrevistados, de que o turismo gera divisas e trabalho, porém não acarreta grandes dividendos, sempre funciona como um complemento dentro das propriedades que desenvolvem outras atividades econômicas relacionadas ao cultivo da terra que configuram-se como as principais.

Pode-se, assim, afirmar que o turismo é um vetor de desenvolvimento local e se incrementado dentro dos parâmetros da sustentabilidade provoca melhorias, incentiva o aparecimento de outras atividades. O TH e o TER são consideradas, ainda, atividades secundárias nas propriedades visitadas, mas podem ser ampliadas, dependendo muito das ações de divulgação e planejamento nos níveis municipal e regional. Em outras palavras, o turismo acarreta mudanças no modo de vida dos envolvidos, da comunidade e no espaço que sofre rearranjos para se adaptar às novas necessidades, às suas novas funções voltadas para o lazer.

Resumidamente, observou-se que os Solares Portugueses visitados têm a sua base econômica principal na atividade agrícola, voltando-se, cada vez mais, para pluriatividade em seus pequenos territórios; o turismo é um complemento, considerado uma alternativa viável, embora ainda tímida; a potencialidade em termos de patrimônios natural e cultural são atrativos apreciados pelos visitantes; viajar para o campo não é a primeira opção, os destinos ligados à praia e ao sol ainda são os preferidos; a clientela de TH é refinada, exigente e pequena.

Sugere-se que os agentes públicos, em conjunto com a iniciativa privada e proprietários das Casas Apalaçadas entrem num acordo sobre o papel que lhes cabe ao gerir o território, definindo estratégias que permitam potencializar os imensos recursos locais, valorizando-os, transformando as fragilidades em oportunidades de melhoria para todos.

Referências (citadas e consultadas)

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação

Geral de Segmentação. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo rural no Brasil. Brasília: 2003.

CARLOS, Ana Fani A. **O Turismo e a produção do não-lugar**. In: SOUSA, Célia e . **O lugar no/do mundo**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf. Acesso <17 out. 2010>.

CASTILHO, Cláudio J. M. Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico. **Revista de Geografia**, Recife, v.15, n.1 / 2, p.21-50, jan./dez.1999.

_____. **A construção de uma geografia consequente do turismo: reflexão teórico-metodológica do turismo à luz da análise socioespacial**. In: CASTILHO, Cláudio J. M. e SELVA, Vanice S. F. (orgs). Turismo, Políticas Públicas e gestão dos ambientes construídos. Recife, PE: Universitária UFPE, 2012.

CAVACO, Carminda (Org.). Desenvolvimento rural desafio e utopia. Estudos para o planejamento rural e urbano. N. 50. Lisboa: UL/ CEG, 1999.

CAVACO, Carminda. O mundo rural português: desafios e futuros? In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo rural. São Paulo: Contexto, 2001.

COMISSÃO Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento (CMAD). **Relatório Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, p.44-50, 1988.

FONSECA, Alberto F. C. E PRADO FILHO, José F. Um Importante Episódio na História da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: O Controle da Coroa Portuguesa Sobre o Uso da Água nas Minas de Ouro Coloniais. RBRH – Rev Bras de Recursos Hídricos. Porto Alegre, RS, Volume 11 n.3 Jul/Set 2006, 5-14.

FRATUCCI, A. C. **Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico**. GEOgraphia. N°4. 2000.

Guia de Portugal V Trás-os-Montes e Alto Douro II - Lamego, Bragança e Miranda Trás - Os - Montes e Alto Douro I I: Lamego, Bragança e Mirandade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

HARVEY, David. **From space to place and back again**. In: Justice, nature and the geography of difference. Oxford: Blackwell. pp.291-326, 1996.

KNAFOU, R. **Turismo e território**. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

LACOSTE, Yves. **La geografia, una arma para la guerra**. Barcelona: Anagrama, 1977.

LIMA, Lívia M. G. Turismo, cultura e velhice bem-sucedida : contribuições para a elaboração de atividades turístico-culturais para idosos no contexto de fazendas históricas paulista. Dissertação de Mestrado apresentada à Pós- Graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Anuário Estatístico. Brasília, 2008.

PAIVA, Ricardo A. e VARGAS, Heliana C. Os agentes produtores e consumidores do “espaço turístico”. III Colóquio [Inter]Nacional (CINCCI) sobre o comércio e cidade: uma relação de origem. S.Paulo, 2010.

RODRIGUES, Adyr B. **Geografia e turismo: Notas introdutórias**. São Paulo: Edusp, 1991.

RODRÍGUEZ, B. B. El turismo rural en Galicia: análisis de su evolución en la última década. **Cuadernos de Turismo**, Murcia, 17: 25-49, 2006.

RUSCHMANN, Doris V. D.M. **Turismo e planejamento sustentável.** Campinas,SP:Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo, Nobel, 1994.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Luís. **Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal.** PASOS. Revista de turismo e patrimônio cultural. Vol. 5. no. 2. pp.31-46. 2007.

TIRADENTES, Leomar. Uberlândia, MG. **Da porteira para dentro: as práticas lusitanas nas transformações do rural e no fazer turístico da Microrregião de Vicoça, MG.** Tese de doutoramento. UFU (Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

TURISMO DE PORTUGAL. O turismo no espaço rural 2007. Lisboa: Turismo de Portugal.

TURISMO DE PORTUGAL. **A Oferta e a Procura no TH e TER.** Lisboa: Portugal, 2008.

<http://www.turismodeportugal.pt/portugu%C3%AAs/proturismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/aofertaeaprocuranoter/Pages/AOfertaeaProcuranoTER.aspx><acessado em 08dez2014>

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

NOTAS 1 Programa LEADER (*Liaisons Entre Activités de Développement de L'Economie Rural* - significa Relações Entre Atividades de Desenvolvimento da Economia Rural.